



CLIPPING INTERNET
13/03/2021 ATÉ 13/03/2021



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO.....	3
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4
5	NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	5
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	6
7	VARA DA MULHER	
	7.1 SITE PORTAL GUIGUI.....	7
8	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	8.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8

Justiça nega 3º pedido de Lockdown no estado do Maranhão

Nesta quinta-feira (11), após a Defensoria Pública do Maranhão entrar com o terceiro pedido de Lockdown no estado, o poder Judiciário maranhense negou mais uma vez.

O pedido foi realizado por meio dos defensores públicos Clarice Viana Binda e Cosmo Sobral da Silva. A decisão foi tomada pelo desembargador José de Ribamar Castro, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA).

O pedido de Lockdown solicitava que ocorresse no período de 14 dias no estado, limitando o acesso aos transportes rodoviário e aquaviário, assim como transporte particular e público urbano. Além disso, pedia a proibição de eventos sociais públicos e privados durante estas duas semanas. Finalizando, também solicitou que os 217 municípios maranhenses se abstivessem de contrariarem o lockdown e realizassem a fiscalização das medidas restritivas.

Restará a condenação moral

Numa sociedade desalentada e polarizada como a nossa, na qual os "de cá" veem os "de lá" como inimigos, e vice-versa, formadores de opinião devem redobrar as cautelas ao emitirem as suas impressões sobre temas sensíveis. Nesse desolado cenário, é curial concluir, com efeito, que nem tudo pode ser dito para não estimular, ainda mais, a divisão da sociedade e a descrença dos que ainda têm alguma esperança.

Por vocação, gosto de emitir a minha opinião em face das questões com as quais tenho alguma afinidade, no afã de chamar o leitor dos meus artigos à reflexão, sempre com muita prudência e equilíbrio, conquanto reconheça que, algumas vezes, por pensar como penso, termine por causar algum incômodo aos que estão em posição antípoda.

Sobre o assunto que escolhi para refletir hoje, pensei detidamente, pois não é de agora que desejava dizer algo sobre a questão da impunidade no Brasil, que resultará, inevitavelmente, agora mais do que nunca, em face do cumprimento de pena somente após o trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória.

Depois de muito refletir, de sopesar as consequências, acho que devo, sim, tecer as considerações que entendo pertinentes sobre o tema, como um alerta aos que sonham com um país no qual os criminosos devessem receber igual tratamento.

Assim refletindo, importa dizer que, nos dias presentes, com a mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF - sobre a prisão em 2ª instância, todos nós devemos estar preparados para uma dura e desalentadora realidade: não haverá mais punição para os delinquentes do andar de cima da criminalidade, pela singela - mas perigosa - razão de que os recursos, frutos de uma legislação generosa com os criminosos poderosos, inviabilizarão qualquer punição, antes que sobrevenha a prescrição ou que o acusado alcance os pressupostos para cumprir prisão domiciliar, já que, com a idade avançada, vem a fragilização consequente da saúde e os favores legais decorrentes dessa situação.

A verdade que precisa ser bradada é que, para os que dispõem de boas condições financeiras, sempre haverá a possibilidade de uma saída recursal ou uma mudança de entendimento casuística, a impedir o cumprimento da pena. Daí que, com toda certeza, daqui para frente haverá, e com mais frequência, incontáveis casos semelhantes aos de Paulo Maluf, para o qual a passagem do tempo se traduziu em impunidade.

É claro que haverá, aqui e acolá, punição a um ou outro criminoso do colarinho branco; todavia, o será apenas para ludibriar, iludir, disfarçar a realidade, para que os tolos acreditem que todos são iguais perante a lei.

Nos dias presentes, agora em arremate, com a execução da pena somente depois do trânsito em julgado, só restará aos grandes criminosos a condenação moral, e, claro, o abatimento consequente de sua família, soterrada, impiedosamente, sob os escombros de suas ações perniciosas, e sobre a qual recairão, ademais, as consequências das opções que fizeram pelas ações marginais, fruto de ambições sem limites e em razão das

quais tudo parece ser possível, sobretudo porque foram acostumados a escapar das ações das instâncias de controle, que, como dito acima, agem, desde sempre, seletivamente.

É isso.

José Luiz Oliveira de Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

E-mail: jose.luiz.almeida@globo.com

blog: joseluiz.almeida

Desiste de mim

Tenho um amigo em Brasília, com 90 anos de idade, ainda lúcido e trabalhando, mas padecendo de alto grau de surdez. Gosto de conversar com ele, pela maneira estoica, e, às vezes, até abrupta como dialogamos e como ele expõe suas ideias.

Apenas para exemplificar aos leitores sobre suas idiossincrasias e seu espírito provocativo, conto esta passagem bem representativa da sua personalidade. Um conhecido de muito tempo passou pelo seu serviço, à sua procura. Quando ele o viu ali, perguntou seriamente: O que estás fazendo aqui? O amigo respondeu: Ia passando e me lembrei de entrar para te ver. Ele olha para a visita e diz: Agora que já me viu, pode ir embora.

Mesmo sendo meu amigo o protagonista desta crônica, não venho falar dele, mas da velhice e do tempo que nos consome.

E meu amigo entra nesse tema porque fiquei deprimido ao desligar o telefone na última vez que tentei falar com ele. Depois de dez minutos de tentativa, de grito, de desliga e torna ligar, sem que ele entendesse nada do que eu estava falando, encerrou a ligação me dizendo: Desiste de mim.

Aquele pedido me apanhou de surpresa. Foi um apelo de quem sucumbe ao peso da idade e se recolhe ao isolamento que suas limitações impõem.

Ultimamente tenho enfrentado esses dramas com pessoas do meu relacionamento. Uma amiga muito inteligente está com Alzheimer. Evito visitá-la para não me sentir impotente diante do seu estado, sem poder fazer nada.

Alguns escritores e artistas famosos optam, com antecedência, por viver em isolamento social. Foram os casos de João Gilberto, que se recolheu em seu apartamento até morrer; e do escritor americano J. D. Salinger, autor do conhecido romance O apanhador no campo de centeio. Atualmente, temos o escritor Dalton Trevisan que vive isolado há décadas.

Alguns idosos gostam da solidão; outros, preferem o movimento em torno de si. Conheci duas idosas que moravam em locais muito agitados, mas diziam que aquela zoada constante, os movimentos que viam pela janela, é que as mantinham vivas.

O tempo não desiste de avançar lentamente, levando tudo na frente e deixando o passado para trás. É como um navio pesado que vai ancorar. A marcha diminui, mas ele avança, levando tudo que encontrar na frente, seguramente devagar, até atracar. Então, tudo para.

Depois dos 60 anos, não se faz outra coisa que tentar enganar o tempo, enquanto ele segue inexorável em sua

marcha. O poeta Manoel de Barros aconselhou, em um dos seus poemas, para a gente amarrar o tempo num poste. Não adianta, ele derruba o poste e foge.

Ao ficar emocionado com o apelo do meu amigo, imaginei quando chegar a minha vez. Antes de eu pedir, muitos desistirão e irão me desconhecendo pelo caminho. Afinal, a jornada que está findando é de cada um. Os outros seguem correndo.

Nicanor Parra, escritor chileno que morreu com 103 anos, em um dos seus poemas, constata: “Como uma árvore que perde uma a uma suas folhas/ Fui ficando só pouco a pouco.”

A emoção de ler esse poema é mais sentida na técnica original do poeta. No último verso, as palavras vão caindo, separadas, como se ele tivesse descendo uma escada. Não é mesmo uma escada?

Lourival Serejo

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

E-mail: lourivalserejo@gmail.com

SES ainda estima vacinar todos os maranhenses contra a Covid-19 este ano

Além do aumento progressivo na ocupação de leitos de enfermaria e UTI nas redes pública e privada, Maranhão registra diariamente elevação no número de casos da doença

Intenção do governo é que até o fim do ano a população do estado esteja imunizada contra a Covid-19; até agora, apenas 3% recebeu a vacina

São Luís - Mesmo diante da lentidão no processo de vacinação em São Luís e em outras partes do estado, em razão em especial da ausência de oferta de doses de vacina que acompanhem o ritmo de pessoas infectadas e da demanda exposta, o Maranhão de forma oficial ainda trabalha com a possibilidade de vacinar os maranhenses (ou a grande maioria) até o fim de 2021. Até o fechamento desta edição, 213.378 pessoas no estado haviam tomado a primeira dose da vacina contra a Covid-19, o que contabiliza aproximadamente pouco mais de 3% da população do estado.

Ainda de acordo com a SES, 84.024 pessoas das contempladas com a primeira dose tomaram a segunda (seja fabricada pela AstraZeneca ou pela CoronaVac, produzida esta última pelo Instituto Butantan, de São Paulo). Para atingir a meta estabelecida, o Maranhão teria que contar com uma oferta maior de doses (esta semana recebeu apenas 66.800 doses do Ministério da Saúde), arcar com despesa de compra de forma autônoma e ampliar as equipes de distribuição de doses.

No entanto, até o momento, nenhuma destas medidas foi feita com sucesso. Quanto a compra, de acordo com a SES, mesmo sob o aval do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo fato do Brasil ter se colocado mundialmente atrás das principais potências do mundo na compra de doses o procedimento é considerado lento e complexo.

No momento, o objetivo do Estado é adquirir o maior número de doses possíveis. O Maranhão informa que oficialmente negocia com países, como Rússia, China, Estados Unidos, e Inglaterra. Até quarta-feira (10), data da chegada do último lote de vacinas, até o fechamento desta reportagem, o estado havia recebido 514.840 doses de vacinas do Ministério da Saúde, sendo 98 mil da Astrazeneca e 416.840 da Coronavac.

A SES defende que a vacinação maciça é a solução para conter a pandemia, no entanto, a primeira meta é imunizar ao menos 70% da população. “Ainda tenho a esperança de estarmos vacinados até o fim do ano. Precisamos virar esta página difícil da história”, disse a O Estado o secretário de Saúde, Carlos Lula.

Antes das medidas de imunização, segundo a pasta, é preciso ainda investir nas ações de prevenção. Segundo o Governo, o fluxo de atendimento para os casos considerados leves e para os suspeitos ocorre de forma “consolidada”.

Recentemente, o governo anunciou novos leitos de enfermaria e UTI e a recomendação é de procurar uma

unidade de saúde logo, a partir da manifestação dos primeiros sintomas gripais. “As unidades da rede estadual já dispõem do teste rápido de antígeno, que detecta a existência do vírus, com resultados semelhantes aos testes PCR. Então, aos primeiros sintomas gripais, o paciente deve buscar atendimento para avaliação do quadro clínico, orientação sobre o tratamento farmacológico e poderá fazer o isolamento adequado”, defende o titular da SES. No entanto, mesmo diante do otimismo das autoridades, a população segue receosa.

Um pesadelo sem fim

O pesadelo da pandemia do coronavírus completa quase um ano no país e a população brasileira e, em especial, da capital maranhense, vive um novo drama com uma cepa (uma espécie de nova versão do coronavírus) em disseminação no estado. Além do aumento progressivo na ocupação de leitos de UTI nas redes pública e privada, o Maranhão registra diariamente elevação no número de casos.

Na quarta-feira passada, por exemplo, dia 10, o Maranhão registrou elevação de quase 50% no número de novos casos. De acordo com informações da Secretaria de Estado da Saúde (SES), neste dia, o boletim epidemiológico confirmou 965 novos casos da doença. Enquanto, no dia anterior, o documento indicou 547 ocorrências inéditas do coronavírus.

Para evitar a decretação de medidas mais duras, o Governo do Maranhão alega investimentos na abertura de novos leitos de UTI. A determinação de medidas mais duras, porém, é considerada inevitável por especialistas.

Relembre

O primeiro Decreto

Devido ao registro do primeiro caso de Covid-19, o Governo do Maranhão emitiu o Decreto nº 35.677, de 21 de março de 2020, que estabeleceu medidas de prevenção de contágio e de combate à propagação da transmissão da Covid-19.

Dentre as medidas, estavam a suspensão da realização de atividades que possibilitassem grande aglomeração de pessoas em equipamentos públicos ou de uso coletivo.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/03/13/ses-ainda-estima-vacinar-todos-os-maranhenses-contr-a-covid-19-este-ano/>

Justiça de 1º grau produz mais de 15 milhões de atos em um ano de pandemia

Juízes e servidores das varas, juizados especiais e turmas recursais da Justiça estadual do Maranhão produziram 15.990.502 atos judiciais e processuais durante o primeiro ano de pandemia. Esse número corresponde ao trabalho realizado nas unidades jurisdicionais em todo o estado, desde o dia 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou o estado de pandemia da Covid-19 e recomendou a adoção de protocolos sanitários de prevenção ao contágio pelo coronavírus.

De 11 de março de 2020 a 11 de março de 2021, os juízes de direito realizaram 346.822 julgamentos, 350.818 decisões e 852.499 despachos. Em apoio à atividade judicante, no âmbito da secretaria judicial, os servidores produziram 14.440.363 atos processuais, dentre citações, intimações, expedição de certidões, juntadas e outros expedientes. Até o final de março, a expectativa é de que o total da produtividade de magistrados e servidores deve chegar a 16 milhões de atos.

Os dados foram levantados pela Assessoria de Informática, e extraídos dos sistemas de controle processual utilizados pela Justiça estadual do Maranhão: PJe, Themis PG, PROJUDI, VEP e SEEU (Conselho Nacional de Justiça). Os dados são centralizados no TJMA DW e sistema BI (Business Intelligence) do Tribunal de Justiça, que reúne as estatísticas dos sistemas de processos judiciais do Maranhão.

Conforme a base de dados do Poder Judiciário, as varas da Justiça Comum foram responsáveis pela maioria dos atos realizados, com 13.490.663 atos do total realizado. Os Juizados Especiais ficaram na segunda posição, com 1.940.870 atos, e, em terceira, as Turmas Recursais, com 558.969 atos, até 11 de março.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, destaca o empenho e a dedicação dos servidores e magistrados, durante todo o período pandêmico, que estão mantendo a produtividade do Poder Judiciário em alta. "Apesar de todo o sofrimento imposto pela pandemia, é reconfortante ver nossos juízes e juízas, servidoras e servidores, trabalhando duro, remota ou presencialmente, comprometidos com os esforços de manter a produtividade elevada e assegurar a prestação jurisdicional à sociedade maranhense."

Atualmente, as unidades administrativas e judiciárias funcionam somente por trabalho remoto, das 8h às 18h. Foram proibidas as audiências e sessões presenciais e mantidas as audiências e sessões remotas, conforme a Portaria-GP - 195/2021, até o dia 18 de março, podendo haver prorrogação desse prazo.

CRISE SANITÁRIA

Do início do estado de pandemia, em 11 de março do ano passado, até hoje, o Judiciário estadual adotou sucessivas medidas de ajuste da máquina administrativa judiciária, acompanhando a evolução da crise sanitária.

No dia seguinte à declaração do estado de pandemia, o Tribunal de Justiça implementou (Ato da Presidência-GP - 3/2020) as medidas restritivas, determinando quarentena para magistrados e servidores que tivessem regressado de viagens a localidades em que o surto da Covid-19 tivesse sido registrado, mantendo as unidades em funcionamento normal, diante da necessidade de garantir a continuidade dos serviços judiciários.

Em 17 de março de 2020, foi suspenso o atendimento presencial ao público, ressalvado por telefone ou outros meios eletrônicos de comunicação e, aqueles servidores maiores de 65 anos, portadores de doenças crônicas, gestantes e lactantes, que compõem o grupo de risco de mortalidade, passaram a desempenhar suas atividades por teletrabalho (Portaria Conjunta - 7/2020).

A partir de 1º de julho do ano passado, as atividades presenciais foram retomadas, gradativamente, nos fóruns judiciais, no período da manhã. Mas diante do agravamento da pandemia, da elevação de casos de Covid-19 e alta ocupação de leitos de UTI, conforme os informes epidemiológicos divulgados pelas autoridades estaduais de Saúde, as atividades presenciais foram novamente suspensas no âmbito judicial e administrativo, em todo o estado, entre os dias 8 e 18 de março de 2021.

Obra de reforma do Fórum de São Domingos do Azeitão entra na reta final

Nesta sexta-feira, 12, chegou ao fim o prazo de interdição do Fórum de São Domingos do Azeitão, que está fechado para o público desde 17 de novembro do ano passado, para a realização de serviços de reforma predial em suas dependências. Mas a juíza Lyanne Pompeu de Sousa Brasil, que responde pela comarca, informou que as atividades presenciais continuam suspensas, diante das medidas sanitárias de prevenção à Covid-19 em vigor no Poder Judiciário estadual.

Durante o período de suspensão das atividades para a realização da obra, foram realizados serviços de retirada e substituição de forro, pintura geral, mudança de fachada, retelhamento, reorganização da disposição dos móveis, substituição de instalações elétricas e de informática, dentre outros reparos na estrutura predial.

O expediente e atendimento presenciais ao público e autoridades jurídicas, bem como os prazos processuais dos processos físicos, continuam suspensos. Foram mantidos apenas os prazos dos processos judiciais e administrativos que tramitam em meio eletrônico, que permaneceram inalterados. Nos dias úteis, o atendimento virtual pela Secretaria Judicial foi prestado no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, pelos meios eletrônicos, telefone fixo com whatsapp (99) 3545-1087 e correio eletrônico: vara1_sda@tjma.jus.br (secretária judicial).

Atualmente, se encontram pendentes apenas os serviços relacionados às atividades de informática, que já estão sendo finalizados. Segundo a juíza, a obra está na reta final e deve ser concluída na semana que vem. "Não vejo motivo para estender a Portaria, até porque até o dia 18 de março os trabalhos presenciais estarão suspensos. Se tudo ocorrer conforme previsto, retornaremos juntamente com as outras comarcas, após o encerramento da suspensão geral do trabalho presencial (determinado pela Portaria 195/2021, que suspendeu todas as atividades presenciais, judiciais e administrativas, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, no período compreendido entre os dias 8 e 17 de março de 2021)", informou a juíza.

ATENDIMENTO REMOTO

A suspensão dos prazos processuais e do expediente foi determinada pela na Portaria-TJ nº 4224/2020, pelo período inicial de 17 de novembro a 19 de dezembro do ano passado. Esse prazo inicial foi prorrogado até 7 de fevereiro deste ano pela Portaria 4822/2020. Decorrido os prazos iniciais da interdição das instalações do fórum, foi emitida nova portaria, prorrogando os impedimentos até o dia 12 de março de 2020. Mas, diante da determinação do Tribunal de Justiça de determinar a suspensão geral do atendimento, audiências e sessões presenciais até o dia 18 de março, o fórum continuará fechado para o acesso ao público.

Até a retomada do atendimento presencial na Justiça estadual, o atendimento na comarca será, exclusivamente, remoto, por meio dos recursos de comunicação eletrônica disponíveis - aplicativo de mensagens, celular e e-mail. Audiências serão viabilizadas por meio do sistema de videoconferência. A próxima audiência com réu

preso está marcada para o dia 17 de março.

CGJ-MA discute parceria com FAO em regularização fundiária na Região do MATOPIBA

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, se reuniu com membros da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), para tratar da participação técnica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) em uma parceria entre a FAO e a ABC - Agência Brasileira de Cooperação, visando o apoio institucional e aporte financeiro ao Programa de Processos Fundiários do Fórum do MATOPIBA, que agrega os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Minas Gerais, em conjunto com os órgãos governamentais e Poder Judiciário desses estados.

A proposta de formalização da parceria institucional foi discutida com a participação da juíza Ticiany Gedeon Palácio, coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana da CGJ-MA; Rafael Zavala del Campo; representante da FAO no Brasil; Richard Torsiano, consultor da FAO e do Banco Mundial; Gustavo Chianca, oficial de programa; Sérgio Dorfler Bustamante, assistente de programa; e Marcelo Broggio, especialista em acesso a recursos naturais, biodiversidade e florestas.

Foram firmados entendimentos no sentido de viabilizar a contrapartida técnica da CGJ-MA em um Programa de Cooperação Técnica, pelo qual a FAO pretende replicar as boas práticas do MATOPIBA na Região da Amazônia e em outros países, conforme as normas internacionais. Ficou acordado que a FAO apresentará um Plano de Trabalho a ser desenvolvido, com a revisão e aprovação da CGJ-MA, e apresentará os resultados finais ao final do ano de execução do projeto - previsto para este ano. A FAO se compromete a investir U\$ 175 milhões no projeto, recursos a serem administrados pelas Nações Unidas.

O representante da FAO explicou que a Organização das Nações Unidas promove as diretrizes de governança das florestas e das terras e se propõe a trabalhar com os governos dos estados para o fortalecimento das políticas públicas. "Para isso ser possível, é muito importante o compromisso das instituições, se apropriando dos projetos para aprimorar as políticas públicas. E nós detectamos esse compromisso do MATOPIBA com a questão fundiária, visto como o melhor exemplo de mudança das políticas fundiária", disse.

O consultor da FAO para a América Latina informou que as ações do projeto de apoio às iniciativas do MATOPIBA serão concretizadas por meio da capacitação das corregedorias e órgãos externos sobre as diretrizes para a organização das terras; de estudo para identificar os estados com maior dificuldade de avançar na melhoria dos marcos legais; do desenvolvimento de uma metodologia para o plano de ordenamento territorial e de um diagnóstico das comunidades envolvidas na questão fundiária. O projeto também inclui a publicação das experiências de aplicação das diretrizes voluntárias para a regularização fundiária na Região do MATOPIBA.

O desembargador Paulo Velten, que, atualmente, preside o Fórum MATOPIBA, reconheceu a importância do trabalho da FAO para o desenvolvimento global e disse que o Poder Judiciário brasileiro abraçou a "Agenda 2030" da ONU, incluindo os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas metas de produtividade para as corregedorias estaduais de Justiça. E informou que a maioria das corregedorias dos estados já possui um Núcleo de Regularização Fundiária, a exemplo do Maranhão.

O desembargador confirmou o interesse em participar do projeto. "O nosso grande desafio é tentar resolver as

questões fundiárias, cada qual em seu estado, para que essas demandas não venham a se transformar em processos judiciais. Esse é um grande problema e está dentro do programa de metas do Poder Judiciário", afirmou.

VARA AGRÁRIA

O corregedor reforçou, ainda, a necessidade de implantação da primeira Vara Agrária do Maranhão, já criada pela Lei Complementar nº. 220/2019 e autorizada a sua instalação pelo Tribunal de Justiça do Estado. A unidade terá competência para dirimir conflitos fundiários que envolvam litígios coletivos, em todo o estado.

A juíza coordenadora do Núcleo Fundiário do Maranhão classificou a iniciativa como um "momento histórico e inédito" no Brasil, porque o país não é considerado sub-desenvolvido. "Essa cooperação é uma prática inovadora e tem tudo para dar certo. Estamos animados e vamos acompanhar todo o processo", frisou.

Movimento Mulheres em Defesa da Vida pedem mudanças nas políticas públicas de Imperatriz

Seguindo as ações relacionadas a Semana Internacional da Mulher, nesta quarta (10), o movimento MULHERES EM DEFESA DA VIDA, representado por Thamisa Fialho (Secretaria de Saúde), Eurami Reis (FETESPUSULMA), Conceição Amorim (Sociedade Civil) Bruna Fernandes (Secretaria de Agricultura) e Kelly Rocha (Psicóloga da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher), utilizaram a Tribuna em audiência pública que foi solicitada pelo vereador Carlos Hermes (PCdoB).

Foram abordados assuntos relacionados a políticas públicas para a mulher, violência, ataques a direitos, enfrentamento, direito a assistência e à saúde, cumprimento de medidas, segurança maior em todos os setores da cidade para que não sejam vítimas de assédio/estupro e condições de sobrevivência a mães desempregadas.

De acordo com Conceição Amorim, o Conselho municipal de Políticas para as Mulheres de Imperatriz, foi o primeiro do Maranhão e da Região Norte/Nordeste do Brasil. Constituído por projeto de Lei do vereador Otair Moreira, em 1997, juntamente com a sociedade civil organizada liderada na época por Conceição Formiga e sancionada pelo então prefeito Ildon Marques. O primeiro mandato começou em 1999 e desde seu nascimento teve o legislativo como grande aliado. Tem feito um grande esforço para existir, pois é visto pelos gestores como uma espécie de oposição e não como uma organização que pode fazer ações conjuntas. Foi pedida uma ação imediata em relação a terrenos e áreas abandonadas na cidade e incluído o contexto da pandemia, onde as políticas públicas estão sendo sucateadas no país, com redução de recursos e a não efetivação no município.

“Buscamos uma cidade justa e segura e nos baseamos no código de conduta, mas os terrenos baldios estão nos deixando em situação de vulnerabilidade. Já se passaram quatro prefeitos e continuam existindo áreas propícias para estupros e violência contra as mulheres no centro de Imperatriz. Moças que vem de cursinhos e das escolas estão tendo suas vidas destruídas, enquanto as autoridades fingem não ver. Temos cobrado e nada tem sido feito. A prefeitura faz de conta que nada está acontecendo, e locais como este são verdadeiros matadouros. Pedimos aos vereadores que não nos deixem sozinhas nesta luta. Nossas vidas importam. homens são assaltados, mas nós mulheres, somos estupradas”, disse Conceição.

As representantes pedem também que urgentemente seja resolvida a questão da numeração das casas nas ruas, pois as viaturas da polícia não têm GPS e não conseguem chegar nos endereços a tempo, já que não existe uma numeração sequenciada. Solicitam que a prefeitura reorganize esses números, para que não aconteça mais de os policiais chegarem e a vítima já estar morta. Uma situação extremamente grave. A justiça da mesma forma, não consegue entregar notificações e medidas protetivas. Oficiais saem e não encontram a localização. Agentes de saúde, do PSF, correios, bombeiros, ambulâncias, prejudica a todos. Querem a reorganização da cidade nesse sentido.

Além disso, precisam que a rede municipal especializada as mulheres vítimas de violência sexual e violência doméstica seja reestruturada, pois a que existe não funciona. Criação de novas políticas públicas em que sejam construídas estratégias para que os serviços funcionem e que o centro de atendimento à mulher em situação de violência, seja ampliado, possua mais equipes para que as trabalhadoras possam comparecer fora do horário comercial, para fazerem terapia e superar os traumas em função de violência psicológica, trabalhar a auto estima, recuperar a saúde mental e sair do ciclo de violência. Isso não é possível no horário de serviço. Um atendimento desumano, pois, as empresas não aceitam que se saia semanalmente durante o expediente.

Por fim solicitaram que a casa se posicione a favor do auxílio de R\$ 600 reais para os trabalhadores e trabalhadoras com ou sem emprego e que o prefeito apresente um plano completo e objetivo de contingência para gerenciar o colapso do sistema público que até agora não estabeleceu equipes para trabalhar na rede da mulher, pois as Unidades Básicas de Saúde estão com seus quadros exaustos e reduzidos devido a covid-19, o que causa um impacto maior na vida das mulheres.

A Câmara estará direcionando todas estas demandas para o executivo, coordenando os trabalhos no intuito de apontar e cobrar melhorias nas redes de atendimento à mulher.